

# Um olhar sobre a cobertura jornalística de políticas públicas sociais do jornal Zero Hora

Rosane Rosa\*

Artigo recebido em:  
16 de setembro de 2010  
Aprovado em:  
29 de setembro de 2010

\* Doutora em Informação e Comunicação pela UFRGS. Mestre em Ciências da Comunicação pela Unisinos. Professora do Programa de Pós-Graduação em Comunicação e do Departamento de Ciências da Comunicação da Universidade Federal de Santa Maria.

rosane.rosa@terra.com.br

**Resumo:** A premissa que deve orientar a cobertura de políticas públicas é que os direitos humanos e de cidadania devem ser garantidos a todos os cidadãos. A partir disso, aborda-se na primeira parte do texto os conceitos de Políticas Públicas Sociais e o Enigma da Pobreza e, na sequência, apresenta-se um breve panorama das estratégias narrativas utilizadas pelo jornal Zero Hora na cobertura dessa pauta. O período pesquisado (2004-2008) representa uma amostra de como a agenda social sobre políticas públicas ganha espaço na agenda jornalística e, em decorrência, na agenda pública. O estudo possibilitou compreender e caracterizar a natureza das narrativas jornalísticas produzidas, uma vez que elas podem interferir nas decisões sobre as políticas públicas e na formação da opinião pública. Entende-se que é a construção de sentidos desses processos originários, através de jogos de linguagens, modo como as identidades são construídas e os direitos são representados, que, fundamentalmente, induz as diferenciações e discriminações, entre as pessoas excluídas e o restante da sociedade.

**Palavras-chave:** *Políticas públicas; jornalismo; estratégias narrativas.*

## A look at the news coverage of social public policies on Zero Hora newspaper

**Abstract:** The hypothesis that should guide the treatment of public policies is that human rights and citizenship should be guaranteed to all citizens. Since this, it's approach in the first part of the paper the concepts of Social Public Policy and Enigma of Poverty and, in sequence, present a brief summary of narrative strategies used by the Zero Hora Journal in reporting of the tariff. The period surveyed (2004-2008) represents a sample of how the social agenda on public policy gets space in journalistic schema and, consequently, on the public agenda. The search allowed understanding and characterizing the nature of the journalist narratives produced, since they can interfere in decision on public policy and influential public opinion. It's understood to facilitate is the construction of meanings of these processes originates, from side to side games of languages, mode how the identities are constructed and the rights are represented, that, fundamentally, induce the differentiation and discrimination, between excluded people and the rest of society.

**Keywords:** *Public policies; journalism; narrative strategies.*



## Introdução

O desempenho do governo frente às políticas públicas ganha visibilidade na mídia noticiosa, uma vez que o jornalismo tem a responsabilidade de fiscalizar o poder quanto ao uso dos recursos públicos. O jornalismo narra a realidade cotidiana de um espaço central, com regras e convenções, para a sociedade. Para tanto, utiliza-se de jogos de linguagem, para sugerir determinada significação, coerente com a visão de mundo de quem a produziu.

Nas palavras de Maronna e Vilela (2007, p.29):

A narrativa como prática é uma forma de conhecimento e organização do mundo, é tentativa de tornar a experiência inteligível e comunicável. A narrativa é produtora de sentido e expressa visões de mundo, legitimando-as, em maior ou menor grau, e isto dependerá do lugar que ocupa o emissor da narrativa numa determinada sociedade.

O lugar privilegiado que o narrador jornalístico (individual e institucional) ocupa, entre as demais narrativas sociais, aumenta a sua responsabilidade, uma vez que suas práticas são carregadas de valores, referências comportamentais e de modelos de identidades.

A partir dessas premissas, aborda-se na primeira parte do texto os conceitos de Políticas Públicas Sociais e o Enigma da Pobreza e, na sequência, apresenta-se um breve panorama das estratégias narrativas utilizadas pelo jornal Zero Hora na cobertura dessa pauta. O período pesquisado (2004-2008) representa uma amostra de como a agenda social sobre políticas públicas ganha espaço na agenda jornalística e, em decorrência, na agenda pública. A narratologia se constituiu em uma ferramenta qualificada, para análise das matérias jornalísticas. Os procedimentos seguidos foram: reconstituição do acontecimento; a construção de personagens; a identificação dos conflitos; as estratégias comunicativas e as metanarrativas (MOTTA, 2007).

## Políticas Públicas Sociais e o Enigma da Pobreza

Nesse estudo, adota-se a percepção de Política Pública Social, de Demo (2007, p.9), como uma “proposta planejada de enfrentamento das desigualdades sociais”. A desigualdade social é vista como componente histórico-estrutural, que integra a dinâmica social histórica, em termos de “resistência e necessidade de mudança”. Para mudar, o autor defende que o processo emancipatório deve fundamentar-se em dois pilares: um econômico, voltado para a autossustentação, e outro político, assentado na cidadania. Para tanto, as políticas sociais devem apresentar as seguintes características: “[...] redistributiva de renda e poder [...] equalizadora de oportunidades [e] sempre que possível ser emancipatória” (DEMO, 2007, p.20-23). Caso contrário, adverte, servirá para o grupo dominante como uma “tática de desmobilização e controle” (DEMO, 2007, p.9).

O enigma da pobreza está fundamentalmente implicado no “modo como direitos são negados na trama das relações sociais” (TELLES, 2001). Essas tramas ganham visibilidade no espaço público midiático e, mais especificamente, no jornalístico. Sendo assim, o enigma da pobreza está também, fundamentalmente, implicado no modo como as identidades são construídas e os direitos são representados no espaço público jornalístico.

Parte-se do conceito de pobres abordado por Giardino (2003, p.267), que define essas pessoas como sendo “aquelas que se vêm submetidas a uma rede de relações de privação de múltiplos bens materiais, simbólicos, espirituais e de transcendência, imprescindíveis para o desenrolar autônomo da sua identidade essencial e existencial” (tradução nossa).

Complementa-se essa visão sistêmica com o conceito de Demo (2007), que classifica o fenômeno da pobreza em dois tipos: socioeconômica e pobreza política. A primeira pobreza refere-se à carência material, indicadores econômicos. Já “por pobreza política compreende-se a dificuldade histórica de o pobre superar a condição de objeto manipulado, para atingir a de sujeito consciente e organizado em torno de seus interesses” (DEMO, 2007, p.20, grifo do autor). Portanto, ignorar a pobreza política e atacar apenas a pobreza econômica é trabalhar para manter a dependência e o círculo vicioso da pobreza. Assim, as políticas sociais devem contemplar os dois horizontes da pobreza; caso contrário, transformam-se em “mecanismos de controle e desmobilização social”.

Entende-se, que esses conceitos de Demo e Giardino incluem o jornalista-narrador das políticas públicas sociais como possível integrante-responsável de uma relação de privação e/ou de construção da cidadania. Neste sentido, Castro (2008) lembra que a premissa que deve orientar os jornalistas na cobertura de políticas públicas é que os direitos básicos devem ser garantidos a todos os cidadãos. Assim, a responsabilidade do jornalismo é “servir o cidadão e vigiar o poder” (BUCCI, 2008, p.46). Apesar dessas responsabilidades e premissas, verifica-se a seguir que os acontecimentos analisados sugerem uma diversidade de perspectivas.

## Breve diagnóstico da cobertura de políticas públicas no Jornal Zero Hora

Constata-se que, nos acontecimentos analisados, a maioria dos conflitos é decorrência da incapacidade do Estado em dar conta das suas atribuições, resultando em um confronto entre os incluídos e os excluídos. Portanto, apesar da forte evidência do conflito de classes, não se pode, numa visão simplista, limitar os conflitos envolvidos como sendo um conflito, apenas, de classes sociais, mas, fundamentalmente, de um Estado que mantém uma percepção conservadora de políticas sociais, cujos gestores se mostraram, muitas vezes, incompetentes para concepção em rede do que Demo (2007, p. 10) chama de uma “[...] proposta planejada de enfrentamento das desigualdades sociais.” Para além desses conflitos, gerados em torno da pobreza, percebe-se que a

---

**A análise da narrativa de muitos acontecimentos sugere um problema moral: quem é pobre é porque é acomodado**

---

pobreza é um conflito em si mesmo. Talvez este seja o maior conflito e o maior constrangimento da sociedade contemporânea: seres humanos com igual “identidade essencial”, não tem garantida a igualdade de direitos, nem mesmo o espaço público discursivo.

A maioria dos episódios analisados aborda, de um lado, os problemas dos governos, na gestão de programas sociais: seleção, acessibilidade e fiscalização. Estratégias objetivadas na fala de especialistas criticam também a natureza curativa e não preventiva; distributiva e não redistributiva de renda e poder; desmobilizadora e mistificadora, ao invés de emancipatória e equalizadora de oportunidades. Estatísticas provam o alto número de crianças que passaram por algum tipo de programa social, mas continuam nas ruas. Esse tipo de atuação contribui para banalizar e desacreditar as ações do Estado.

Isso evidencia uma realidade, onde governos priorizam uma prática de políticas sociais oportunistas, superficiais e casuais, de “alto giro e baixo custo”, que garante a manutenção do status quo da pobreza. Esse diagnóstico faz eco à avaliação de Yasbek (2004, p.105), quando fala que a lógica das políticas sociais obedece muito mais aos ajustes econômicos e às regras de mercado com um discurso humanitário da filantropia, despolitizado e terceirizado, do que o provimento de direitos. Responsabiliza-se, assim, o governo, por uma inadequada política pública, voltada à redução da desigualdade social. Por outro lado, a análise da narrativa de muitos acontecimentos sugere um problema moral: quem é pobre é porque é preguiçoso, acomodado, boa vida, bêbado, improdutivo...

Apesar do esforço do jornalismo em vigiar o uso dos recursos públicos, através das políticas sociais, bem sucedidas, mal sucedidas ou inexistentes, o processo de análise das estratégias narrativas evidencia que, no campo jornalístico e no caso específico do jornal Zero Hora, convivem, no mínimo, duas correntes de pensamentos e prática narrativa.

Uma corrente mais crítica, propositiva, humanista e cidadã, que constrói a notícia des/construindo a realidade vigente e fundamentada na linguagem dos direitos. Os integrantes dessa linha possuem competência comunicacional para singularizar, interpretar, compreender e narrar o sentido dos acontecimentos, em função do contexto político e social, origens históricas, causas contemporâneas e consequências imediatas e futuras. Em se tratando da formação do espaço público, esses profissionais socializaram sentidos, voltados para valores ligados à ética, à justiça, à solidariedade, à igualdade e ao reconhecimento dos direitos aos desiguais. Trata-se de um jornalista que atua como um “participante justo” (MERRIT, 1995) e que, por ser justo, é igualmente ético.

Outra corrente, mais comercial e tradicional, ignora e ou desconhece a linguagem dos direitos e das políticas sociais, mas se mostra competente na linguagem do espetáculo e da convergência tecnológica. Constrói a notícia descontextualizada, com base apenas no “evento estopim” da problemática abordada. Legítima a realidade vigente e reforça a representação do senso comum. Em se tratando da formação do espaço público, esses profissionais socializaram sentidos, voltados para contra-valores, como a intolerância, a discriminação, a injustiça, a desigualdade e a negação dos direitos humanos e de cidadania aos desiguais. Trata-se de um jornalista que atua como um “partici-

pante injusto” e que, por ser injusto, é igualmente antiético.

No geral, os narradores da primeira corrente (mais crítica, propositiva, humanista e cidadã) destacaram o potencial emancipatório das políticas sociais. Focaram o processo evolutivo dos personagens, que começaram como “sujeitos de necessidades” e, depois, com o aporte dos programas sociais, se transformaram em “sujeitos de decisão”, atuando como protagonistas de sua existência (MATTA, 2006). Nesses casos, as políticas sociais foram vistas como investimento para atacar tanto a “pobreza econômica” quanto a “pobreza política”. O esquema narrativo mostrou que, no primeiro momento, a política social deu conta de um tratamento curativo, mas, na continuidade, atacou as raízes do problema: educação e trabalho.

Nesses casos, as diferentes estratégias narrativas utilizadas sugerem, ao leitor, que: “Não é ideal social ser assistido [...] Uma sociedade se faz de sujeitos capazes, não de objetos de cuidado” (DEMO, 2007, p.23). Nesse sentido, é interessante destacar que esses narradores desfazem o equívoco de que uma cobertura crítica implica, necessariamente, focar os aspectos negativos. Por exemplo, no episódio “Uma conquista longe das ruas”, o olhar atento da narradora conseguiu ser extremamente crítico, mostrando o êxito de um programa social. Para além das estatísticas sobre o uso do dinheiro público repassado, o relato de uma mãe explicou o processo de mudança, por que passou: “Não imaginava que fosse capaz de fazer o que faço hoje. Tenho orgulho de mim agora”. Ali está, recuperando Canellas (2008, p.104), “[...] um sujeito de sua própria história, que se constrói criticamente, vocacionado para a liberdade”.

Nesses acontecimentos, o estilo narrativo voltou-se para a singularidade dessas “tribos da miséria”, que se manifestou e se construiu na escuta, na observação, no respeito e no conhecimento das pessoas em causa. A apropriação dessa realidade, pelo narrador, se deu através de um processo de desconstrução do senso comum, se atendo às especificidades dos fenômenos. Dessa forma, conseguiu contemplar a complexidade do fenômeno, escapando da armadilha das aparências. Adelmo Genro Filho (1987) já defendia que a forma de conhecimento jornalístico está fundamentada no singular, e Canella (2008, p. 108) reforça essa característica: “Está no singular a força do jornalismo.”

Além da singularidade, esses narradores usaram um estilo humanístico de nomear, caracterizar e atribuir ações às pessoas em causa. A construção da identidade narrativa respeita a “identidade essencial e existencial”, remete a personagens ativos, esforçados, batalhadores e circunstancialmente pobres. Foram salientados outros valores como: iniciativa, amizade, solidariedade e afetividade. Essa escala de valores contribui para a identificação do grupo com o restante da sociedade, facilitando a inclusão.

Além das características acima, a atuação dessa corrente diferenciou-se da tradicional em outros aspectos, como: redução do uso de fontes oficiais – as narrativas recorrem a essas fontes, mais para buscar dados estatísticos, para cobrança de políticas sociais eficazes e explicações técnicas; conscientização da população, quanto aos seus direitos e deveres, e quanto às omissões do poder público; maior equilíbrio entre o poder político econômico e o poder da comunidade. A maior preocupação é com a defesa dos direitos da comunidade e dos cidadãos.

Assim, esses narradores conseguiram ser, simultaneamente, críticos e propo-

sitivos; por isso, a narrativa assumiu um caráter mobilizador. Trata-se de uma corrente de profissionais que se esforça para desconstruir o senso comum, as representações dominantes e a aparência de realidade e verdade que as práticas sociais instituem (CHAUÍ, 2006). Em outras palavras, esses narradores do cotidiano se esmeram por um pensar e um fazer crítico, comprometidos com as transformações da realidade estabelecida. Trata-se de uma cobertura feita com competência, cuja abordagem não se limitou ao aspecto econômico, mas também ético de um desenvolvimento humano com equidade. Pode-se afirmar com Bertrand (1999) que esses profissionais têm consciência da natureza humana, social e política da atividade jornalística. Essa consciência se manifesta nas estratégias narrativas utilizadas, que, no mundo da recepção, têm potencial para provocar reflexões e estimular ações sobre as questões públicas e as problemáticas sociais.

Já a segunda corrente (mais tradicional e comercial) apresenta pouca relação com o social e baixo comprometimento com a emancipação dos excluídos. As abordagens sinalizam para a existência de um paradigma, presente no senso comum no sentido de que o gozo dos direitos e de usufruir de uma vida qualificada é reservado aos cidadãos mais capazes, competentes e qualificados, através de um processo de conquista individual.

As estratégias narrativas utilizadas, no geral, legitimam o senso comum e consolidam as representações vigentes. Limitam-se a atualizar apenas as imagens, mas não o significado das mesmas. Essas imagens já integram a representação que permite interpretar a realidade apresentada como verdade. Isso facilita o processo de persuasão, projeção e identificação, uma vez que se trata de algo conhecido do cotidiano do receptor (CHAUÍ, 2006).

A construção das identidades da maioria dos personagens foi caracterizada com base em um referencial em termos culturais, econômicos, sociais e morais. Segundo Giardino (2003), esses aspectos acabam reforçando e legitimando as desigualdades sociais. Para muitos, foi usada uma estratégia de negação da “identidade essencial”, o que dificulta uma possível projeção e identificação dos leitores, facilitando o sentimento de rejeição. Por exemplo, aos “mendigos”, o significado ofertado e consolidado é de “lixo social”, que deve ser deslocado e limpado das praças e parques; os “pedintes”, como “sujeitos de constrangimento”, “mal a combater”, capazes de incomodar, roubar e extorquir a população, mas também de lembrar que a miséria existe.

As nomeações, caracterizações e “ações de privação de identidade”, utilizadas na construção da identidade da maioria dos personagens, “mendigos”, “pedintes” e “adolescentes no abrigo público”, evidenciam a presença do enigma da pobreza, a que Telles (2001, p.15-23) se refere. Esse enigma está implicado no “modo como direitos são negados na trama das relações sociais”, mas também diz respeito ao modo como as identidades foram construídas e os direitos, negados. O tipo de representação feita explica o estranhamento de Telles (2001), quando ele questiona porque o fenômeno da pobreza não é suficiente, “[...] para construir uma opinião pública crítica, capaz de mobilizar vontades políticas, na defesa de padrões mínimos de vida para que este país mereça ser

---

**Esse tipo de jornalismo contribui com a dinâmica social excludente, pois representa as pessoas em causa como lixo social**

---

chamado de civilizado”. O autor salienta, como contradição, o fato de que isso ocorre, apesar de o fenômeno da pobreza ser histórico e persistente.

Interessante destacar que, explícita ou implicitamente, os valores que mais se exaltam na construção dos personagens - “higiene, obediência, esforço, bondade” -, indispensáveis à sociabilidade, são igualmente, na sua ausência, os que mais se condenam. Isso se verifica, porque eles se transformam em contravalores, que contradizem padrões sociais impostos pela ordem dominante: “sujeira, lixo, desobediência, insubordinação, maldade”. A presença desses valores remete a um perfil de cidadão e estilo de vida harmonizado com a ordem social e adequado aos desiguais, porque os mantém subordinados; enquanto a ausência representa um desajustado socialmente; logo, uma ameaça social à “ordem” vigente.

Assim, constata-se que o preconceito está impregnado no esquema narrativo de muitos desses episódios, cujas estratégias seguiram uma lógica (re) produtora de diferenças sociais. Isso ficou evidente, por meio da manutenção dos padrões comportamentais que certa “ordem” dominante espera dos personagens socialmente excluídos. Em outras palavras, trata-se de uma narrativa produzida e mediada por práticas sociais institucionalizadas (LARROSA, 2004), que utilizam estratégias narrativas objetivas e subjetivas, como “formas de exercício de poder e hegemonia” (MOTTA, 2004). Isso ocorre em um lugar central de comunicação pública, que é o espaço jornalístico.

Seguindo essa perspectiva, tem-se que a construção da identidade narrativa de muitos personagens está fundada em um conceito que não a caracteriza como algo natural e existencial, mas como uma categoria atrelada e perpassada pela história da humanidade, da sociedade brasileira, das organizações e dos sujeitos que as narram e as representam. Incorporadas a essas narrativas observaram-se diferentes visões de mundo, que, em diferentes níveis, remetem a relações preconceituosas e reprodutoras de padrões culturais.

Esse tipo de jornalismo contribui com a dinâmica social excludente, à medida que representa as pessoas em causa, como “lixo social”, “constrangimento social”... sem direito a nome e voz. Também em função dessa representação, os direitos dessas pessoas são negados, o que constitui violação aos direitos humanos e de cidadania. É o que se verifica, uma vez que os direitos não dependem da conduta moral dos sujeitos, mas do fato de serem pessoas titulares de direitos.

Em síntese, as principais características identificadas nessa corrente foram: analfabetismo, no que diz respeito à linguagem dos direitos e políticas sociais; pobreza política; uso de estratégias de privação de identidade e silenciamento das pessoas em causa; construção da identidade narrativa limitada à identidade existencial, ignorando a essencial; episódios focados nos aspectos negativos, nomeações e caracterizações discriminatórias, que ignoram os valores das pessoas sem posse material; cenário de cobertura simplificado, com o uso de estereótipos; reprodução do senso comum, sem contestação; esquema narrativo dramatizado; mensagem destinada a uma elite.

Essa variação de perspectivas evidencia que, ao contrário do que muitos afirmam, apesar das restrições da cultura e da linha editorial de cada veículo, o jornalista tem certa autonomia e, em decorrência disso, possui elevada responsabilidade pelo esquema narrativo selecionado e os jogos de linguagem utiliza-

dos. Lembrando Adelmo Genro Filho (1987), trata-se de saber distinguir duas questões: 1) a determinação conjuntural, uma vez que a origem do jornalismo remete a uma necessidade capitalista, vinculando, formalmente, o profissional à ideologia dominante; 2) a dimensão ontológica, que compreende a autonomia do jornalismo. Mesmo sabendo distinguir essas duas dimensões, trata-se de um desafio, pois, como lembram Kovach e Rosenstiel (2004), o jornalista enfrenta uma tensão entre o seu papel de serviço público e a função comercial que financia sua atividade.

## Considerações finais

A maioria dos acontecimentos analisados reflete a discrepância entre os direitos previstos constitucionalmente e as possibilidades reais de acesso por parte dos sujeitos, socialmente excluídos, a esses direitos. Esse é um forte sintoma de que as políticas sociais precisam ser revistas, a fim de contemplar tanto a autonomia econômica quanto a política, voltada para a geração de renda e para os direitos de cidadania.

Observou-se que, em muitos acontecimentos, os paradigmas argumentativos e modelos interpretativos (GIARDINO, 2003), utilizados pelo narrador para nomear, caracterizar e atribuir ações às pessoas em causa, dividiu a sociedade entre “população de rua” e “população da cidade”; “nobres” e “populares”; quem tem bens materiais e quem está excluído do sistema produtivo; vilões e heróis; bons e maus; centro e periferia; “sem-teto” e os “moradores de bairros nobres”; “os incluídos nos programas sociais” e os “excluídos”; os que têm direito a participar da comunicação pública e os que recebem a sanção do silêncio; os que têm sua identidade essencial e existencial respeitada e os que são desprovidos de identidade e racionalidade.

Esse processo argumentativo mostra um conjunto de oposições afirmativo/negativo, real/imaginário, humano/animal, social/antissocial, bondade/maldade, inclusão/exclusão, que são coerentes com as escolhas das estratégias narrativas e se vinculam com o sentido que ele objetivou provocar no receptor. São argumentos de natureza dual, que contribuem para a criação de estereótipos que, como “estruturas cognitivas”, se associam às relações de dominação entre os diferentes grupos sociais.

A partir desse estudo, acredita-se que na cobertura das políticas públicas sociais, o jornalismo pode emprestar sua força e servir de pressão, para os pobres organizados exigirem responsabilidade dos governos, na concessão de seus direitos. Caso se fortaleçam, as organizações comunitárias podem influir na gestão pública, que parece prestar atenção apenas a quem tem poder de influência. Nesse sentido, é possível ver uma relação direta entre jornalismo e a luta contra a pobreza. O jornalismo não é a solução para a pobreza. Pode contribuir, contudo, oferecendo espaço para os pobres apresentarem suas demandas e para os governos responderem. Trata-se de um jornalismo cidadão, sensível aos direitos dos excluídos, comprometido com o fortalecimento das instituições públicas e aberto a grandes desafios.

Constata-se que, para a cobertura de políticas públicas, um dos principais desafios é introduzir uma ética da “igualdade narrativa”, com espaço para in-

clusão das diferenças sociais, diferentes necessidades, afetos, desejos, olhares, ideias e interações no espaço público. Em outras palavras, trata-se de recuperar as condições habermasianas de igualdade de posições para uma “ação comunicativa”. Assim, a questão ética seria definida a partir do e com o outro.

Juntamente com esse primeiro e grande desafio, que contempla a volta do protagonismo da comunidade, considera-se um segundo e não menos importante, que é o de pensar e desenvolver um jornalismo crítico e propositivo, para conscientização e mobilização social. Isso obriga a reavaliar e reaprender os processos narrativos, de forma a desconstruir o senso comum e representações consolidadas e estereotipadas, que contribuem com a alienação da opinião pública e a manutenção da ordem social dominante. Implica, também, repensar processos e rotinas pessoais, institucionais e grupais.

Outro desafio a ser enfrentado é a ampliação da pauta social, na pauta jornalística. Esta também se mostra uma tarefa árdua, para os jornalistas emplacarem, por vários motivos: a dinâmica, as contradições e demandas sazonais das redações; a diferença pessoal e editorial da compreensão da temática. Por outro lado, tem-se que problematizar os valores notícias, incluindo o social como valor-notícia (MARTINS SILVA, 2008), reavaliar as teorias do jornalismo

sobre o que dá a um tema ou assunto o privilégio de virar notícia. Canellas (2008) lembra que a maioria das reportagens premiadas<sup>1</sup> provém de pautas sociais, que não têm o viés do ineditismo, são caracterizadas como verdadeiros antifuros, mas têm o vigor informativo, dado pela forma original e singular com que o repórter aborda.

A centralidade social do jornalismo o obriga a assumir um compromisso ético, voltado para o desenvolvimento humano. Esse dever precisa ser incorporado na prática cotidiana dos profissionais. Igual dever deve estar também incorporado na formação dos futuros profissionais, capacitando-os para cobertura da agenda social. Esse tipo de cobertura deve

se pautar pelos direitos humanos, pelos direitos da cidadania e políticas públicas sociais. Exige foco no cidadão, na comunidade e no interesse comum. À medida que a universidade também assume esse compromisso de inserir a agenda social, na grade curricular dos cursos de Jornalismo, possibilitará aos futuros profissionais compreenderem e explorarem o potencial crítico e humanístico dessa atividade de interesse público. Isso significa dizer que as universidades devem formar cidadãos críticos, agentes de transformação social.

Nesse sentido, a pesquisadora compartilha sua contribuição como integrante da comissão de revisão curricular dos cursos de Comunicação Social da Universidade Federal de Santa Maria (UFSM), em 2008. O objetivo foi de propor uma Comunicação Social, mais especificamente, um Jornalismo para o desenvolvimento humano. Consiste num jornalismo que assuma funções públicas de: agendamento de pautas sociais; o jornalista como “participante justo”, entre os diferentes atores e instituições sociais, envolvidos nas problemáticas sociais; uma prática de construção da informação, como direito que

<sup>1</sup> Ver “Narrativas de um correspondente de rua”, de Mauri Koning, 2008; a série de reportagens “Fome”, de Marcello Canellas (2001); e as finalistas e vencedoras do GP Ayrton Sena, ao longo dos mais de dez anos de existência e outros concursos sobre cobertura da pauta social.

---

## **Pensar e desenvolver um jornalismo crítico e propositivo obriga a reavaliar e reaprender os processos narrativos**

---

instrumentaliza e politiza a opinião pública, para um contra-agendamento e uma participação mais efetiva nas questões de interesse público e na solução das problemáticas sociais. Para tanto, se propôs um eixo de disciplinas que contemplam o estudo de temáticas como: direitos humanos, cidadania, pobreza e desigualdade social, políticas públicas sociais, empreendedorismo social e terceiro setor. Acredita-se, que, além das questões acima, essa inclusão da pauta social, no currículo dos cursos de Comunicação contribuirá com o retorno que a universidade pública deve à sociedade e, também, proporcionará uma maior coerência entre o perfil do profissional e sua área de formação, identificada como “Comunicação Social”, corrigindo possíveis desvirtuamentos de uma comunicação mais instrumental, tecnológica e mercadológica.

## Referências bibliográficas

- BARBOSA, M. F. O sujeito da experiência e a identidade narrativa. In: \_\_\_\_\_. **Experiência e narrativa**. Salvador: EDUFBA, 2003. p.75 – 89.
- BERTRAND, Claude Jean. **A Deontologia das mídias**. Bauru: Editora Edusc, 1999.
- BUCCI, Eugênio. A imprensa e o dever da liberdade: a responsabilidade social do jornalismo em nossos dias. In: CANELA, Guilherme (org.) **Políticas públicas sociais e os desafios para o jornalismo**. São Paulo: Cortez, 2008.
- CANELLAS, Marcelo. Nem imparcial, nem engajado: o repórter como artífice da notícia. In: CANELA, Guilherme (org.) **Políticas públicas sociais e os desafios para o jornalismo**. São Paulo: Cortez, 2008.
- CHAUÍ, M. **Simulacro e poder: uma análise da mídia**. São Paulo: Editora Fundação Perseu Abramo, 2006,
- DEMO, Pedro. **Política social, educação e cidadania**. 10 ed., São Paulo: Papirus: 2007.
- GIALDINO, I. V. **Pobres, pobreza, identidad y representaciones sociales**. Barcelona: Gedisa, 2003.
- KOVACH & ROSENSTIEL. **Os elementos do jornalismo**. 2ª. Ed. São Paulo: Geração Editorial, 2004.
- LARROSA, Jorge. Notas sobre narrativa e identidade. In: ABRAÃO, Maria H. M. Barreto (Org.). **A aventura (auto) biográfica: teoria e empiria**. Porto Alegre: EDIPUCRS, 2004. p. 11-22.
- MARONNA, M; VILELA, R.S. Conhecer para intervir: infância, violência e mídia: propósitos, projeto da investigação e conclusões comuns. In: MORIGI, V; ROSA,R; MEURER, F. (Org.). **Mídia e representações da infância: narrativas contemporâneas**. Curitiba: Champagnat, 2007.
- MARTINS SILVA, L, M. **Jornalismo público: o social como valor - notícia**. Disponível em <http://www.ucb.br/comsocial/mba>. Acesso em 20 de novembro de 2008.
- MATA, C. Comunicación y ciudadanía: problemas teórico-políticos de su articulación. **Revista Fronteiras**, v. 8, n. 1, Jan./abril 2006.
- MOTTA, Luiz Gonzaga. Análise pragmática da narrativa jornalística. In: LAGO, C.; BENETTI, M. **Metodologia de pesquisa em jornalismo**. Porto Alegre: Vozes, 2007. p. 143-167.

MOTTA, Luiz Gonzaga. E agora? Urgente colocar o social no centro da pauta jornalística. In. CANELA, Guilherme (org.) **Políticas públicas sociais e os desafios para o jornalismo**. São Paulo: Cortez, 2008.

ROSA, R. **“Tribos da Miséria”**: estratégias narrativas na construção de identidades. Tese de doutorado - PPGCOM UFRGS. Porto Alegre, 7 de maio de 2009.

TELLES, V. S. **Pobreza e Cidadania**. São Paulo: USP, Curso de Pós-Graduação em Sociologia: Ed. 34, 2001.